

***Jardins do Romantismo
em Lisboa: questões
e constatações***

Mário Fortes
Luísa Borralho
Carolina Herculano



1

Os jardins públicos

Obras, nomeadamente as que incluem materiais vivos, são afetadas por fenómenos nem sempre previsíveis e muitas vezes incontroláveis, que ultrapassam os antrópicos. Refira-se os de incidência momentânea e destrutiva como sismos, cheias, ventos extremos e fogos. E ainda outros, que se arrastam por décadas e séculos como o envelhecimento irreversível de componentes, os fenómenos de deposição, sedimentação, erosão e até movimentos de massa, as variações hidrogeológicas e hidrológicas, as mudanças e alterações climáticas e até as colonizações biológicas, nas quais se inscrevem as pragas fulminantes.

Distingue-se na paisagem processos abruptos inerentes a crises e conflitos armados e ainda outros continuados de construção, conservação, envelhecimento, abandono e demolição justificados por alterações políticas, sociais, culturais e económicas graduais. Estes processos antrópicos revelam-se bem mais cáusticos quando acentuados por caprichos de decisores ou opções precipitadas, infundadas ou ignorando relatórios técnicos nos quais se alerta para agentes, dinâmicas, vulnerabilidades, riscos e até sinergias dificilmente controláveis. Alterações drásticas em contextos urbanos, que se refletem sobre obras mais frágeis como parques e jardins públicos, podem resultar de pressões, oportunidades de retorno

1. Entrada sul do Passeio Público (c. 1838).
Fundo Eduardo Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa.



e até mesmo admiração excessiva por alguns criativos. Esquecem-se as funções sociais de urbanistas, arquitetos e, neste caso concreto, de arquitetos paisagistas.

2

Na capital

Será difícil listar neste artigo todos os jardins públicos nos quais são óbvias alterações sequentes às dinâmicas prévias. Destaque-se apenas alguns como representativos de cronologias do século XIX, arrastadas para as primeiras décadas do século XX, e nos quais se reconhece o movimento romântico, os modelos revivalistas, ecléticos e exóticos: o velho Jardim das Amoreiras ou de Marcelino Mesquita, o do Príncipe Real pouco conhecido como de França Borges, o da Estrela ou Jardim Guerra Junqueiro, o Jardim Botto Machado no antigo Campo de Santa Clara, o de Braancamp Freire no Campo de Santana ou dos Mártires da Pátria, os jardins da Avenida da Liberdade que sucedem ao Passeio Público, o Jardim da Luz designado como de Teixeira Rebelo para lá dos limites da Lisboa antiga. A não esquecer os jardins públicos urbanos associados a miradouros como o de São Pedro de Alcântara ou Jardim António Nobre e o do Alto de Santa Catarina, vulgarmente designado como do Adamastor. Todos estes jardins de construção datada incorporam sucessivos contributos, integrando as tecnologias mais recentes, novidades botânicas, refletindo alterações de traçado e a introdução de equipamentos que documentam adaptações essencialmente funcionais, indispensáveis à respetiva subsistência em contextos mutáveis. Neles se reconhecem adquiridos culturais que podem denunciar valores relevantes, dos quais depende não só a respetiva identidade e integridade, mas também as de Lisboa, comprometidos por intervenções nem sempre ponderadas. Atente-se apenas a alguns casos flagrantes.

3

Passeio Público

Construído no seguimento das alterações estruturais da cidade do pós-terramoto de 1755, o Passeio Público, delineado pelo arquiteto e engenheiro militar Reinaldo Manuel dos Santos (1731-1791), vem a assumir-se como referência marcante ao longo do século XIX. Data de 1764, contudo em 1834 grandes

obras reconfiguram o jardim murado no qual se replicava de origem modelos áulicos nacionais. No século XIX, e para além dos ensaios biomórficos, prevalecia a estrutura geométrica imposta pelos eixos estruturantes, pelas representações dos rios Tejo e Douro que alimentavam tanques rígidos, pelo mirante ao qual se acedia por escadarias de lances monumentais ou pela estatuária distribuída meticulosamente na área confinada por muros e gradeamentos. Estas obras de beneficiação e atualização, muitas delas a instâncias régias e outras potenciadas pelo Senado da Câmara, compreenderam canteiros, plantas, pavimentos, sistemas de abastecimento dos lagos e rega, estatuária, bancos e até iluminação sob modelos contratuais, contribuindo de forma contínua para a imagem frondosa que chegou a finais do século XIX. Confirma-se ainda projetos de infraestruturização promovidos pela Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais e a extensão das “linhas” da Companhia Carris de Ferro de Lisboa. Listam-se pedidos de viabilização de eventos ou de instalações de equipamentos no jardim e na sua envolvente, recordando a pretensão de Alfredo Dias de Oliveira de instalação de um posto de vendas numa “barraca chalet” e o de instalação do circo da “Empresa Exploradora dos Recreios Whittoyne no seu estabelecimento situado no largo do Passeio Público”.

4. Fonte. José Artur Bárcia, 1900-1945. Arquivo Municipal de Lisboa.



Em 1883, o jardim vetusto, que muitos referiam como abandonado, degradado e até mal frequentado pela falta de vigilância, desapareceu - foi demolido e substituído pela Avenida da Liberdade. O palco da feira das bestas, o cenário da propaganda régia, o refúgio das gerações da Carta e da Constituição, o passeio da burguesia lisboeta deu lugar à avenida da Liberdade onde se privilegiou a expansão da cidade a norte, a circulação hipo e automóvel, preterindo o lazer e recreio. Seguiam-se os modelos exógenos associados ao progresso, talvez os invejados boulevards parisienses de Georges-Eugène Haussmann (1809-1891).

4 Jardim Guerra Junqueiro (Jardim da Estrela)

Contrastando com as linhas formais e rígidas do Passeio Público, o jardim da Estrela é inaugurado em 1852, como um jardim que reflete a vivência de Lisboa à data, com um carácter romântico bem marcado. Concebido por dois mestres jardineiros, João Francisco e Jean-Baptiste Désiré Bonnard (1797-1861) e por Pierre Joseph Pézerat (1801-1872) que projeta um pavilhão para o jardim, toma o nome do bairro em que se insere. É um jardim moderno, um jardim definido então como “à inglesa” com os seus lagos e canteiros de forma quase

5. Alameda central pouco antes da demolição.
José Artur Bárcia, c. 1883. Arquivo Municipal de Lisboa.



orgânica, recantos, e grutas que aproveitam o relevo original do terreno e assim o acentuam e valorizam, contribuindo para conferir ao espaço um ambiente naturalista e pitoresco.

Afasta-se conceptualmente dos parques paisagistas, pela diversidade, ecletismo e exotismo de cenários, nos quais se inscrevem construções como a colina-miradouro a que se ascendia por uma espiral escadeada, o coreto chinês que veio a ser substituído pelo importado da Avenida da Liberdade e até a jaula que encerrava o famoso Leão da Estrela. A vegetação foi eleita dentro da paleta exótica da época, distinguindo-se entre áleas, orlas e pequenos bosquetes que garantiam o ensombramento, as bela-sombras (*Phytolacca dioica*), as “figueiras da índia” (*Opuntia ficus-indica*), as araucárias (*Araucaria* sp.) e as várias espécies de palmeiras. Também não foi esquecida a coleção de flores de

estação, a coleção da estufa de vidro e ferro executada por Burnay e a dos fetos rasteiros e arbóreos que recordavam os cenários do Real Parque da Pena em Sintra.

Vieram para este jardim, numa primeira fase, algumas peças de estatuária do Passeio Público que contribuíam também para esse espírito quase bucólico. Mais tarde, após a implantação da República, várias outras estátuas são colocadas no jardim e marcam definitivamente o seu carácter, sendo “O cavador”, de Costa Motta (tio), uma das mais conhecidas. Segue-se, em 1932, o antigo coreto da Avenida da Liberdade. Acompanhando a nova forma de utilização destes espaços e refletindo o que se desejava na Lisboa de então, este jardim passa a ser um dos locais preferenciais para a realização de feiras, exposições e quermesses. É palco da propaganda do Estado Novo através de inaugurações de equipamentos

6. Jardim Guerra Junqueiro. Atlas da carta topográfica de Lisboa. Filipe Folque, 1857-09. folha nº 34. Arquivo Municipal de Lisboa.



como o parque infantil presididas pelo chefe de estado e do governo, a que sucede a Feira Popular de 1958 que marca pelo insólito a história do jardim com as arquiteturas regionais efémeras e o barco rabelo no lago grande e ainda, em 1963, a biblioteca municipal para cegos. A disponibilidade de espaço, a centralidade do jardim e ambiente criado, fazem com que o jardim Guerra Junqueiro (a sua denominação oficial) passe quase de imediato a ser o jardim preferido dos lisboetas. Passa por eventos críticos: desconhecem-se danos sequentes ao sismo de 1909 que afetou profundamente Benavente,

Samora Correia e Santo Estêvão; pelos anos 30 foi palco do rapto do pequeno António Francisco pela Velha dos Gatos, sendo então considerado lugar pouco seguro; vários registos confirmam os danos da passagem do ciclone em 1941 e a sequente recuperação de Ernest François Pissard (1850-1934). Com o decorrer dos anos, o jardim sofre algumas alterações e beneficiações, e por pouco não é destruído com a intenção de prolongar a Av. Álvares Cabral e dividir este espaço. Após grande contestação, esta ideia acabou por não ser executada. Pelo envelhecimento e contaminação biológica

7. Garden party no jardim da Estrela.
Joshua Benoliel, 1911. Arquivo Municipal de Lisboa.



8. A Festa da Flor no jardim da Estrela. Joshua Benoliel, 1918. Arquivo Municipal de Lisboa.

9. Jardim da Estrela. 1947. Amadeu Ferrari. Arquivo Municipal de Lisboa.

10. Feira Popular do Jardim da Estrela – Barco rabelo. 1958. Armando Seródio. Arquivo Municipal de Lisboa.



perde alguns dos seus exemplares icónicos, como as “bela-sombra” que ladeavam a entrada sul do jardim. Talvez por ser um dos jardins mais apreciados e frequentados pela população, tem sido preservado até ao presente. Contribuiu para este facto a manutenção mais expedita, pela configuração espacial que apresenta e pelo tipo de vegetação que perdura: grandes árvores e arbustos de crescimento livre; canteiros de formas naturalizadas albergando vários tipos de plantas; nada de exigentes topiárias. Neste contexto e sempre sob pressões, o jardim vai conseguindo manter um pouco do seu espírito inicial, preservando ainda vários testemunhos patrimoniais relevantes.

5

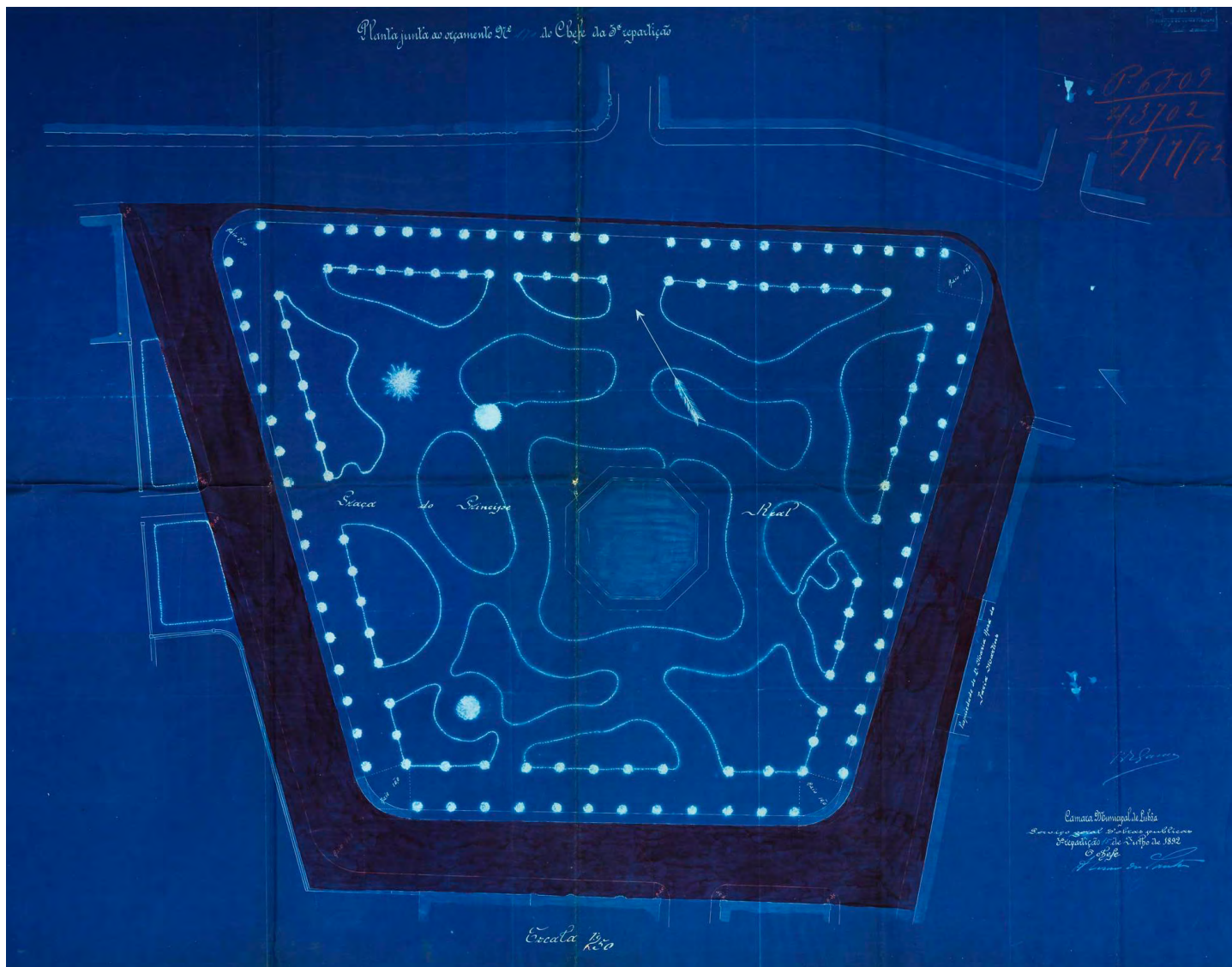
Jardim França Borges (Príncipe Real)

A praça do Príncipe Real tem um passado atribulado, do qual se destaca a construção inacabada do palácio do conde de Tarouca, arruinada pelo terramoto de 1755, a patriarcal queimada e o início da construção abandonada do Erário Régio em finais do século XVIII. A praça designada como do Príncipe Real, homenageando o primogénito de D. Maria II (1819-1853), depois D. Pedro V (1837-1861), veio a ser objeto de obras relevantes nas décadas de 50 para 60 do século XIX: extensão de galerias do aqueduto e construção do reservatório de água da patriarcal; terraplenos, iluminação que viria a ser a gás e arranque das obras de ajardinamento da praça, na qual participou João Francisco da Silva. O jardim trapezoidal, de mais de um hectare, ocupa a placa central da praça fechada por um conjunto de edifícios, nomeadamente palacetes do século XIX. É centrado por um tanque octogonal em torno do qual se distribuem canteiros biomórficos pontuados por árvores e arbustos, em tempos preenchidos com flores de estação. Cortinas de árvores periféricas encerram o espaço que acolheu, para além de vários elementos escultóricos, quiosques de venda de bebidas, o armário da biblioteca municipal ao ar livre, as mesas de refrescos com água canalizada, um caramanchão que ainda hoje suporta um cedro do Buçaco (*Cupressus lusitanica*) e os essenciais sanitários. Neste jardim revêm-se vivências da burguesia de Oitocentos e predileções por exotismos como metrosideros (*Metrosideros excelsa*), ceibas (*Ceiba crispiflora*), “figueiras da índia” (*Opuntia ficus-indica*), jacarandás (*Jacaranda ovalifolia*) e araucárias (*Araucaria* sp.), para além de outras

importadas do Jardim Botânico da Escola Politécnica. Foi objeto de intervenções sucessivas privilegiando a fruição do mesmo, sem lhe adulterar o caráter ou comprometer preexistências. Faz parte de um conjunto urbano relativamente íntegro que preserva a identidade, remetendo para tempos passados. Contudo, este jardim apresenta-se vulnerável: muitas das plantas exóticas não resistiram aos nevões esporádicos do

passado; as restrições impostas são muitas destacando-se a reduzida disponibilidade de água local, praticamente limitada à precipitada e à assegurada por sistemas de rega; a vegetação tem sido atingida por pragas, nomeadamente o escaravelho da palmeira; e, principalmente, a pressão urbanística na envolvente é elevada potenciando alterações irreversíveis e lesivas sequentes à densificação da construção e à escavação em profundidade.

11. Planta do Jardim do príncipe Real.
Frederico Ressano Garcia, 1892. Arquivo Municipal de Lisboa.



12. Jardim do Príncipe Real.
Joshua Benoliel, 1911. Arquivo Municipal de Lisboa.



13. Jardim do Príncipe Real.
Joshua Benoliel, 1911. Arquivo Municipal de Lisboa.



14. Biblioteca Municipal ao ar livre.
Eduardo Portugal, 1939. Arquivo Municipal de Lisboa.



Jardim do Alto de Santa Catarina

Construído em 1883 pela Câmara Municipal de Lisboa num local de onde se contempla uma das vistas mais extraordinárias da cidade de Lisboa, este jardim ficou conhecido até hoje por miradouro do Adamastor, tomando o nome da estátua que aí foi colocada em 1927. Da autoria de Júlio Vaz Júnior, a figura do Adamastor encontra-se sobre um bloco de pedras que se integrava de forma quase perfeita no conjunto de canteiros orgânicos existentes à data da sua instalação, bem ao gosto da época, que formavam o jardim. Acompanhando a cota desde o ponto mais alto, a sucessão de canteiros de pequenas dimensões terminava numa zona plana de contemplação. Esta plataforma sempre foi muito utilizada pela população para ver os movimentos do barcos e da zona portuária, pelo que o jardim veio

apenas formalizar e consolidar esta utilização do espaço. Nas últimas décadas ficou marcado pela frequência de uma faixa etária jovem e de características descontraídas que utilizavam o jardim e miradouro sobretudo durante a tarde, sendo o ponto alto o por do sol visto a partir deste local. No início do século XXI, a edilidade leva a cabo obras de renovação de todo o espaço.

O projeto executado substitui a calçada de vidro por lajes de lioz e os canteiros orgânicos e característicos de um jardim romântico por um talude relvado rematado por bancos formados por blocos paralelepípedicos também de lioz. As guardas foram também alteradas, permanecendo apenas o “Adamastor” como único elemento do jardim na sua versão de 1927. Esta solução veio a revelar-se vulnerável pela fragilidade dos componentes pétreos, facilmente esquináveis e mancháveis, pela dificuldade da sua limpeza e manutenção,

15. Miradouro de Sta. Catarina. Atlas da carta topográfica de Lisboa. Filipe Folque, 1857-09. folha nº 42. Arquivo Municipal de Lisboa.



pelos custos elevados da mesma, pela respetiva sensibilidade a determinado tipos de usos e práticas, nomeadamente grafitis. Atualmente o jardim está encerrado, segundo a Câmara Municipal de Lisboa, para requalificação do espaço.

7

Algumas considerações...

Neste contexto, marcado tendenciosamente por uma abordagem darwinista, pode afirmar-se que subsistem apenas os parques e jardins urbanos que se destacam pelos reduzidos encargos de manutenção, pela resiliência intrínseca de componentes, pela capacidade de carga e versatilidade funcional relevantes no caso de públicos e, principalmente, pela mestria conceptual de projetistas, tantas vezes esquecidos no passado - obras que pela excecionalidade ou representatividade vão adquirindo notabilidade, revelando-se essenciais para a salvaguarda da identidade, autenticidade e integridade de Lisboa.

87

16. Alto de Santa Catarina. (em baixo)

Paulo Guedes, 194?. Arquivo Municipal de Lisboa.

17. Estátua do Adamastor no miradouro de Santa Catarina.

Fernando Matias, 1959. Arquivo Municipal de Lisboa.

18. Estátua do Adamastor no miradouro de Santa Catarina.

Fernando Matias, 1959. Arquivo Municipal de Lisboa.

19. Panorâmica de Lisboa tirada do Miradouro de Santa Catarina.

Arnaldo Madureira, 1964. Arquivo Municipal de Lisboa.



Bibliografia

Estudos

Almeida, M. (2000). *Lugares além do verde. Natureza da memória nos jardins públicos: o Jardim da Estrela*. Tese de Mestrado em Antropologia apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Andrews, M. (1991) The Sublime as Paradigm: Hafod and Hawkstone. In M. Mosser & G. Teyssot (Eds), *The History of Garden Design: The Western Tradition from the Renaissance to the Present Day*. Londres; Thames and Hudson.

Araújo, N. (1992). *Peregrinações em Lisboa – Livros V e XI*. Lisboa: Vega e herd. aut.

Borrhalho, L. Fortes, M. (2001) Os jardins de finais de século. In *Agenda cultural: Os nossos avós*, CICTSUL. Lisboa.

Broc, N. (1989). Une Découverte Révolutionnaire: La Haute Montagne Alpestre. In Odile M. (dir.) *Composer Le Paysage: Constructions et Crises de L'Espace (1789-1992)*. Seyssel: Ed. Champ Vallon.

Buttler, A. (1993). *Jardines del Clasicismo y el Romanticismo: El jardín paisagista*. Madrid: Editorial Nerea.

Caeiro, B. (1987). *Os Quiosques de Lisboa*. Sacavém: Distri Editora.

Câncio, F. (1963). *Lisboa no Tempo do Passeio Público*. (Vol. 2). Lisboa.

Castilho, J. (1937). *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, vol. X. Lisboa.

Dias, M. T. (1989). *Lisboa Desaparecida*. (4ª ed.). (Vol. 2). Lisboa: Quimera.

Dionísio, S. (1924). *Guia de Portugal: Lisboa e Arredores*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

França, J. A. (1990). *A Arte em Portugal no Século XIX*. (3.ª ed.). Lisboa: Bertrand Editora.

França, J. A. (1994). *A Sétima Colina: Roteiro, Histórico-Artístico, The Seventh Hill* (SENA, Maria José, Trad.). Lisboa: Livros horizonte.

França, J. A., Silva, R. H., Fernandes, J. M. (1989) *Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874-1909*. Lisboa.

Ferreira, R., Vieira, V. (1985). *Estatuária de Lisboa*. Lisboa: Amigos do Livro, Lda.

Fortes, M., Seoane, M. (2010) Reais Jardins Botânicos: curiosidades e virtudes, recursos e potencialidades. *Aspectos Históricos na Pesquisa Etnobiológica*. (Medeiros, M. Org.) Série: Estudos & Avanços. Vol. 5. s.l. NUPPEA.

Freire, J. P. (1932). *Lisboa do Meu Tempo e do Passado*. (vol. 2). Lisboa.

Guia dos Parques, Jardins e Geomonumentos de Lisboa. (2009) Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Marques, M. C. O. (1969). Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Urbano de Lisboa, 1879-1938. *Arquitectura*. 3ª série, nº 112. s.l.: s.ed.

Ramalho, R. S. L. (coord.). (1933). *Guia de Portugal Artístico*. (vol. 1.) Lisboa.

Rodrigues, M. J. M. (1978) *Tradição, Transição e Mudança. A Produção do Espaço Urbano na Lisboa Oitocentista*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa.

Roger, A. (1989) Esthétique du Paysage Au Siècle des Lumières. In Alpestre, M. O. (dir.) *Composer Le Paysage: Constructions et Crises de L'Espace (1789-1992)*. Collection Milieux. Seyssel: Ed. Champ Vallon.

Sequeira, G. M. (1967) *Depois do Terramoto. Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*. (vol. 1.). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Silva, R. H. (1994). O Passeio Público e a Avenida da Liberdade. In Moita, I. (dir.), *O Livro de Lisboa*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Viterbo, S. (1906). *A Jardinagem em Portugal: Apontamentos para a sua História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Manuscritos

A velha dos Gatos, que no Jardim da Estrela raptou o pequeno Manuel Francisco. [Manuscrito] [1937]. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Contrato para a construção, assentamento e pintura de uma estufa de vidro e ferro, no Jardim da Estrela, com João Burnay. [Manuscrito] [1877-04-27]. Acessível no Arquivo Municipal de Lisboa. Livro de escrituras n.º 5. f. 33v.

Demolição da cascata do antigo passeio público do Rossio, por não terem aparecido licitantes na praça efectuada para a venda da mesma. [Manuscrito] 1884.06. Arquivo Municipal de Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa. Urbanismo e Obras (provisório). Planeamento Urbanístico.

Novo projecto para a frente principal do acrescentamento do Passeio Público, seguindo os lados a mesma ordem de pilares de grades de ferro, até encontrar os lados antigos. [Manuscrito] Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino. Coleção de Plantas do ex-A.H.M.F., cv 5274, n.º1.

Pedido da Direcção da Empresa exploradora dos Recreiros Whittyoyne, para a edificação de um circo no seu estabelecimento situado no largo do Passeio Público. [Manuscrito]. [1881.05.13.]. Acessível em Arquivo Municipal de Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa. Urbanismo e Obras (provisório). Planeamento Urbanístico. Pareceres da Comissão de Obras Públicas. Parecer n.º 912.

Planta do novo projecto para ampliação do Passeio Público de Lisboa, segundo a última indicação de Sua Majestade Fidelíssima. [Manuscrito] Acessível em Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino, Coleção de Plantas do ex-A.H.M.F., cx. 5274, n.º 12.

Planta Geral do Terreno em Frente da Estrela, como o Projecto de um Passeio Público e Monumento à Memória da Rainha D. Maria I. [Manuscrito] Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino. Coleção de Plantas do ex-A.H.M.F. cx 5272, n.º5.

Termo que assina Ebo Avrann para iluminar e explorar por sua conta, na presente época, no Passeio Público do Rossio. [Manuscrito] Acessível em Arquivo Municipal de Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa. Formalização notarial de atos jurídicos. Termos de contratos. Livro n.º 5 de contratos diversos.

Bases de dados consultadas

Património classificado e em vias de classificação [em linha] Direcção Geral do Património Cultural [acedido jul-set 2018] disponível em:

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/>

Inventário do Património Arquitectónico [em linha] Monumentos. SIPA. Direcção Geral do Património Cultural [acedido jul-set 2018] disponível em:

http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d24.º